

**HABEAS CORPUS Nº 515.055 - SP (2019/0167155-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : BRUNO HENRIQUE DE MACHADO SANT ANA  
**ADVOGADO** : BRUNO HENRIQUE DE MACHADO SANT'ANA - SP272830  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : HAMILTON CESAR DA SILVA RIBEIRO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HAMILTON CESAR DA SILVA RIBEIRO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi preso e denunciado pela suposta prática do crime constante do art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 123):

*HABEAS CORPUS ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE INOCORRÊNCIA INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 311 e 282, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO ALEGAÇÃO DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA QUESTÕES DE MÉRITO SERÃO ANALISADAS OPORTUNAMENTE PELO D. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, DESCABIDA A SUA ANÁLISE NA ESTREITA VIA DO WRIT ORDEM DENEGADA.*

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator